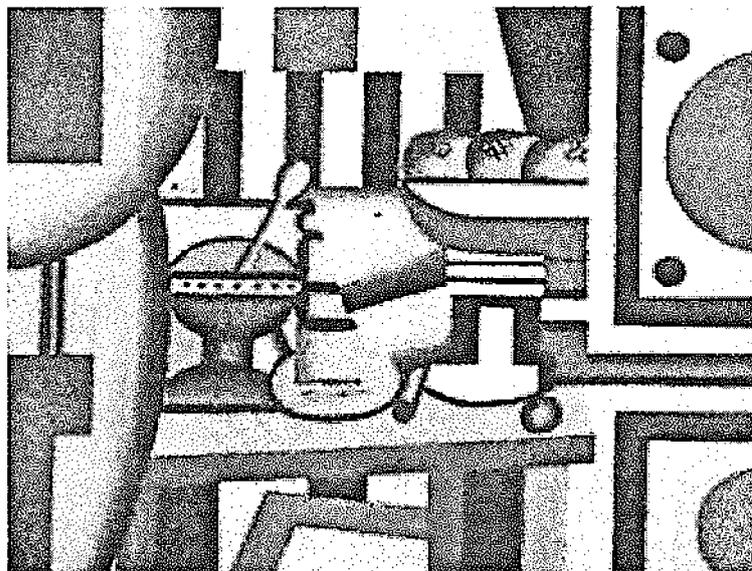


MODERNIDADE E IMPASSES: QUESTÃO AMBIENTAL E REPRESENTAÇÕES DA NATUREZA

Mônica Cox de Britto Pereira.
(Professora do Departamento de Geografia da UFF)



*A compoteira de peras, de Fernand Léger, disponível em
<http://masp.uoi.com.br/exposicoes/2005/as100maravilhas/3.php>*

Resumo

No presente artigo trataremos da complexidade de representações e de relações em torno da sociedade e da natureza, de forma a permitir ampliar o espaço do debate e do entendimento do lugar da natureza na história humana e das questões que se interligam com a atualidade. O propósito é focar nas contribuições essenciais de S. SCHAMA (1996) e R. HARRISON (1992) e esclarecer aspectos das origens em torno da questão ambiental, que tem registrado inúmeros conflitos em torno de se preservar áreas intocadas, ou de promover formas de usos e de relações de convivência entre natureza e práticas de diferentes sujeitos sociais, ou ainda de tratar esses aspectos como uma totalidade.

Abstract

This article will discuss about complexity of representations and relations between society and nature, in order to enrich the debate and the comprehension of nature place in human being history and also of questions that connect with nowadays. The aim is to focus on the essential contributions of S. SCHAMA (1996) and R. HARRISON (1992) and to clarify some aspects of the origins of environmental crisis that register many conflicts in preserving untouchable areas, or in promoting different uses and close association relations between nature and practices of different social persons, or treating these aspects as totality.

INTRODUÇÃO

Se a visão que uma criança tem da natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados complexos, muito mais elaborada é a moldura através da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem. Pois, enquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças, quanto de estratos de rochas. (SCHAMA, 1996).

O texto acima nos remete à complexidade que está em jogo ao se tratar de relações entre sociedade e natureza. Podemos permanecer em questões ambientais aparentemente mais emergentes na ordem do dia, bem como, fazer uma grande incursão em questões mais profundas em torno dos significados da natureza e da história de relação ambiental para a existência humana e para a sociedade tal como se encontra hoje.

Esse texto veio de debates férteis multidisciplinares do curso “História Ambiental” UFRJ/IFCS realizado como parte do programa de Doutorado do CPDA/UFRRJ, cuja discussão ao longo de um semestre teve o mérito de um debate aberto que pôde contemplar as Disciplinas de História, Biologia, Ciências Sociais, Geografia e Ciência Política entre os participantes.

1. Mitos e Ambientalismo Moderno

Os fundadores do moderno ambientalismo, Thoreau e Muir, colocaram que “nos ermos bravios se encontra a preservação do mundo.” E esses “ermos bravios”, contudo, eram, naturalmente, produto do desejo da cultura e da elaboração da cultura tanto quanto qualquer outro jardim imaginado. É emblemática a passagem seguinte;

O primeiro éden americano, p.ex., Yosemite, embora o estacionamento seja quase tão grande quanto o parque, e os ursos estejam fuçando entre embalagens do McDonald's, ainda imaginamos Yosemite sem nenhum vestígio da presença humana. (SCHAMA, 1996)

Vê-se que o conceito de paisagem é construído com base em um imaginário que

insiste na caracterização de um ambiente intocado pelo homem¹, e na necessidade da existência de um ambiente que possa subsistir às agoniantes transformações socioculturais. E ursos são “animais símbolo” dessa natureza sem o homem, que aparece em tamanha contradição, não só é um ambiente já visitado, com estacionamentos e carros, bem como com a presença de produtos industriais da rede McDonalds, ícones de uma “alimentação” artificial fabricada sob total “controle” humano.

São várias as representações do Yosemite levantadas por SCHAMA (1996), são de um lugar de significado sagrado para a nação; o parque sagrado do oeste; uma redenção para a agonia nacional; um parque vale semelhante a um grande jardim artificial; local de potencial espiritual que para ser protegido, necessita manter pura a natureza bravia. Para SCHAMA (1996) a paisagem é obra da mente. E mesmo as paisagens que parecem mais livres de nossa cultura, mais atentamente revelam-se como seu produto. É o caso de Yosemite. Os prados reluzentes que sugeriram um éden impoluto, eram, na verdade, resultado de frequentes queimadas realizadas pelos seus ocupantes, os índios Ahwahneechee.

A idéia de uma cidade suja, poluída, contrapõe-se à representação do natural enquanto puro, não tocado pelo homem. No entanto, a agricultura realizada pelos índios pode ter também a representação de natural, visto que os índios convivem com a natureza, e que eles fazem parte desta natureza, realizando atividades tais como as queimadas que se dão dentro da natureza, de acordo com os ciclos naturais das estações e sob “técnicas” afinadas com características de solo, umidade, hora do dia, etc., bem como, sob representações do sagrado quanto à sua fertilidade e uso. Há nesse caso elos entre cultura e natureza.

A idílica paisagem arcádica, p.ex., parece ser só mais uma bela mentira contada pelas aristocracias proprietárias, em que a terra e suas espécies estão como criações para o exclusivo prazer do homem, conforme SCHAMA (1996) bem retrata. Os historiadores do ambiente tem lamentado a anexação da natureza pela cultura. Autores como Stephen Pyne, William Cronon e Donald Worster realizaram a proeza de transformar uma topografia inanimada em agentes históricos com vida própria.

Como uma das teses principais de sua obra, SCHAMA (1996) considera que os mitos nunca desapareceram. Considera que toda nossa tradição de paisagem é o produto de uma cultura comum, uma tradição construída a partir de um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões. Para ele “os cultos, que somos convidados a procurar em outras culturas nativas, na verdade

estão à nossa volta, vivos e passando bem; resta saber onde procurá-los". E nesse sentido, tem como objetivo de sua obra uma exploração do que ainda podemos encontrar. Não está alheio à toda destruição que presenciamos hoje, e aponta a importância para lidar com isso, dessa redescoberta da relação mítica ser humano-natureza e da memória existentes sob a superfície. E assim, vai adiante no sentido de não postular o caráter mutuamente exclusivo da cultura e da natureza ocidentais, mas sim mostrar a força dos elos que as unem. Referencia-se em Jung, que acreditava na universalidade dos mitos, e também em Mircea Eliade que acreditava que os mitos sobreviveram operacionais, tanto na cultura moderna, quanto nas tradicionais. Enfoca as características comuns que os mitos e as lembranças da paisagem partilham, tanto sua surpreendente permanência ao longo dos séculos, bem como a sua capacidade de moldar instituições com as quais ainda convivemos.

Considera é importante reconhecer a riqueza histórica no caminho da "memória social", conforme sinaliza com as seguintes palavras:

reconhecer, entretanto, o legado ambíguo dos mitos da natureza pelo menos nos faz admitir que a paisagem nem sempre é mero "local de prazer" – o cenário com função de sedativo, a topografia arranjada de tal modo que regala os olhos. Pois esses olhos, raramente se clarificam das sugestões da memória. E a memória não registra apenas bucólicos piqueniques. (SCHAMA, 1996, pg 28)

Aponta que há muito mais aspectos a se considerar na relação ser humano-natureza. Faz uma importante chamada para o seu intuito de um convite para a reflexão, do que sugerir estratégias de redenção ecológica. E traz palavras ousadas que impactam e sugerem possibilidades de entendimento, vejamos:

Ao longo dos séculos, se formaram hábitos culturais que nos levaram a estabelecer com a natureza uma relação outra que não a de simplesmente esgotá-la até a morte, que o remédio para nossos males pode vir de dentro de nosso universo mental comum, então este livro talvez não tenha sido um completo desperdício de boa polpa de madeira. (SCHAMA, 1996, pg 29, o grifo é do autor).

Há uma bagagem grande a se considerar no acervo interno das representações, das percepções, e de um imaginário rico. A partir desses, há muitas possibilidades para refletir sobre essa dicotomia sociedade e natureza, e a negação da natureza. Passagens ao longo da história permitem fazer as ligações entre origens

e permanência hoje dos mitos fundantes, revelar os elos entre cultura e natureza, bem como reconhecer que moldaram muitas das instituições hoje.

As concepções de paisagem para germanos e romanos eram diferentes (SCHAMA, 1996), caracterizando-se para aqueles por terras não trabalhadas, assim de florestas, e para os romanos, por terras que tivessem a marca civilizadora do homem. Os germanos colocavam a fertilidade de seu território nas condições de seu sustento com base na caça e na coleta. Os romanos se diziam disponíveis para trabalhar a fertilidade da terra, e assim tirarem o seu sustento da agricultura.

Um dos admiradores da Germânia ancestral, que cunhou uma das expressões de lemas nazistas ("sangue e solo"), lutou para que se implantasse como prioridade do governo *uma política de proteção à natureza*. Também mostrou interesse pela topografia e natureza autóctone dos germanos, explicando a pouca miscigenação, além de descrever mitos antigos que louvavam a divindade primordial, o "deus que brotou da terra".

Os romanos mostravam a polarização entre cultura e natureza. A civilização clássica sempre se definiu em oposição às florestas primitivas. O guerreiro Gilgamesh afirma o seu direito de governar indo até o centro da floresta de cedros e massacrando o guardião da floresta. Transformar as árvores em edifícios, em cidades é o horizonte que está nele presente. As matas na Itália são percebidas como apavorantes. Para os romanos a floresta era fora da jurisdição e de seu governo. Os mitos de fundação de Roma estão ligados à mata, ligados à mitos gregos que veneravam bosques consagrados a Artemis e Apolo. Ambas as culturas imaginavam a Arcádia² como um lugar coberto de bosques e rochas, a morada dos sátiros, das feras, dos demônios.

Na idade média os bárbaros são tidos como antítese do cristão civilizado. No século XVI os selvagens tornam-se modelos de vida virtuosa, natural, paradigmas da vida familiar (SCHAMA, 1996). A floresta aparece como refúgio. Assim agora se imaginava que os selvagens habitaram uma arcádia silvestre.

Com base no pintor Altdorfer que constitui uma revolução no paisagismo pictórico, vemos que a floresta alemã não é o cenário, é sim a própria história. Final do século XVIII surge o camponês boêmio – o homem da floresta, um amável Waldmann. Esse homem é tudo que o herói romano clássico não é: rústico a ponto de parecer mais um residente da mata e não seu soberano.

SCHAMA (1996) em sua abordagem da história européia trata de Riehl, intelectual que se descobre junto com a descoberta da nação, e

que foi importante quanto à institucionalização do valor das florestas na Alemanha. Gabava-se de que a Alemanha preservara grandes áreas de floresta, porém relacionava ao relativo atraso econômico e social de sua pátria. Refere-se aos governantes da Renascença (meados do século XVI) que criaram uma complexa regulamentação florestal, leis, concebidas para proteger as reservas de caça dos príncipes, que permaneceram até o século XIX. Sabia que as matas seriam destruídas. Quis mostrar que a preservação da floresta ia além do mero sentimentalismo patriótico, e que era sim fundamental para a vida da nação. Decidiu escrever algo que, reunindo o entusiasmo pelo verde no passado e no presente, fizesse da proteção das florestas uma prioridade do Estado. Exultou quando o governo em 1852, decretou que todos os carvalhos, em terreno público ou particular, eram propriedade do soberano e pertenciam ao domínio da “floresta”. Riehl teve sucesso, e muitos de seus axiomas formaram o núcleo de toda uma série de ideologias antiurbanas e antimodernistas. Com sua influência, contribuiu para instituir a silvicultura como disciplina acadêmica e científica na Universidade de Munique, em 1878. Assim os expoentes da silvicultura imperial contribuíram para levar os governos à responsabilidade da administração florestal.

Levanto aqui alguns aspectos marcantes para o debate. Além do simbolismo associando nação e floresta, vê-se a permanência da importância histórica, ao se criar uma disciplina acadêmica cujo foco principal é o estudo e trato com a floresta. Assim, toma o caráter de importância científica, justificada cientificamente, e não necessariamente simbolicamente. Institui-se a idéia da natureza enquanto floresta como passível de ser administrada por cientistas, e assim reforçando a idéia já mencionada anteriormente no texto, de uma área natural sem gente, que precisa ser preservada. Preservar algo que é natural, intocado, e que para assim continuar é preciso ser vigiado, e “tomado conta” por quem é autoridade.

Os nazistas, com a sua obsessão pela raça pura, adotaram a idéia da sociedade silvestre, e assim a defesa da integridade do ecossistema florestal. Nenhum governo alemão levou mais à sério a proteção das florestas natais. Institucionalizou-se a preservação. O extermínio de milhões de vidas humanas não era, absolutamente, incompatível com a ferverosa proteção de milhões de árvores. Assim continua SCHAMA (1996): “*o ambientalismo moderno tem parentesco histórico com o totalitarismo*”.

SCHAMA (1996) levanta alguns pontos sobre o autoritarismo de muitos que estiveram ligados a escrever ou representar os mitos. Enfatiza o

caráter encantador dos mitos, e se pergunta até que ponto o mito é bom para nós? É possível levar o mito a sério em seus próprios termos e respeitar sua coerência e complexidade, sem nos deixarmos cegar moralmente por sua força poética? Levanta assim em torno do mito aspectos do sentido, do estudo e da relação com a ciência. E sinaliza que muitas vezes ao se estudar o “absurdo”, este passa a ser ciência.

SCHAMA (1996) aprofunda em sua obra as idéias em torno das representações da arcádia. Vejamos como as idéias de arcádia se articulam às questões das concepções em torno da preservação e da sua institucionalização.

O autor relata que na Inglaterra sempre existiram dois tipos de Arcádia, uma tumultuada e sombria, e outra, tranquila e luminosa. Em 1829 aconteceu de um proprietário ter a iniciativa de cercar uma parte de suas terras e transformar em parque, para “passeios ornamentais”, porém só se conseguiu que 80% se tornasse parque, pois aldeões se rebelaram contra as ameaças a seus direitos de posseiros. O que percebemos são dois tipos de arcádia fruto da imaginação urbana e que se mantém mutuamente:

- arcádia idílica, do gramado doméstico, jardim;

- arcádia agreste, o parque selvagem pastoril.

E os sujeitos dessa arcádia são:

- os arcades originais tinham as características da bestialidade, com a divindade homem-besta, chamada Pã; eram autóctones, caçadores e coletores, pré-polis, pré-lei, onde se tem a natureza como fecunda, forte, primitiva, rústica, selvagem;

- os arcades agricultores, tem aqui natureza como gentileza, abundância, fragrância, e a divindade Pã transforma-se no guardião dos rebanhos, amável traquinas, foi banido o selvagem, o homem da floresta, e a natureza como fecundidade.

Aborda SCHAMA (1996) essa mutualidade entre cidade e campo. O velho ideal da vida campestre como corretivo contra as doenças da cidade, como um local aprazível. Existia a arcádia da natureza bruta, imprevisível, um santuário, e que na imaginação urbana procurava-se incorporar. Em final do séc XVI o engenheiro e naturalista Palissy concebeu um jardim de segredos naturais, com os elementos do mundo primitivo, um jardim que representasse a totalidade da criação. Vê-se que aí a arcádia idílica está como um jardim “natural”.

Havia outra maneira de reunir toda a diversidade do mundo natural, tratava-se do jardim botânico, em que seus projetistas eram impelidos pelo desejo de recriar a totalidade botânica do Éden, e os criavam em propriedades particulares. A exploração do Novo Mundo trazia

a descoberta de muitas espécies ainda desconhecidas, um rico paraíso, e assim considerou-se que o Éden talvez se situasse no sul, nos trópicos. Poder levar para a Europa essas maravilhas, reuni-las dentro dos jardins botânicos, se estaria então organizando uma enciclopédia viva da criação..

Em 1700 começa a surgir obras de paisagismo, enaltecendo as “selvas rústicas.” A elite dominante da Inglaterra tinha em mente como liberdade, a continuidade, a quebra da fronteira entre jardim e natureza. Como sinaliza SCHAMA (1996) eram as novas arcádia mentiras poéticas, com uma aparência de continuidade, mas os animais mantidos longe do gramado. Para conseguir o efeito de paisagem “pura” era preciso nivelar colinas, criar lagos, usar arte e artifício, as artes mecânicas vinham mudando em nome do lucro e do prazer. Surge também a idéia do embelezamento da paisagem, parques com “natureza artificializada” criadas por máquinas de fazer espetáculos: assim lagos, cascatas, cavernas, animais e ninfas de pedra, máquinas de tempestades, sons de animais ferozes, vulcão mecânico etc. E os visitantes eram incitados a penetrar e viver cenas de horror, de erotismo, ou xamânica.

Ressalto aqui que concepções de paisagens e de mitos antigos que moldaram instituições, tais como, jardins zoológicos e jardins botânicos, nesse processo também vêm contribuindo para moldar a instituição acadêmica, que tem o poder do conhecimento perante o selvagem. E no século XX vê-se institucionalizar-se políticas de preservação do “selvagem”, da floresta, do animal em extinção, em que quem detém o controle de suas atividades é o estudo científico, a verdade do futuro da floresta, ou da espécie ameaçada de extinção.

Levanto o aspecto da insustentabilidade de uma natureza controlada e moldada pelo homem. Afinal o predomínio de uma paisagem “de natureza” em contraponto com a cidade, acaba por ficar restrita à idéia de trazer o que falta na cidade, de distração à algo que empolgue com tamanho prazer aquele que está cansado da cidade. Assim mantém-se a idéia de natureza selvagem como algo distante e venerado, e portanto importante, mas inalcançável, porque está sempre fora, e chegar perto e incorporá-la sempre aterroriza. Assim convivem as visões de paisagem natural, selvagem, bem como a de paisagem idílica, pastoril. E hoje séc XXI há permanências dessa visões, onde o turismo rural reproduz uma paisagem agropastoril que se procura preservar, e também o turismo ecológico, que é visto como um turismo de aventura mesclado com um turismo de valorização do natural, enquanto sagrado. Turismo, em geral, para quem pode pagar bem, e para os que moram

na cidade. Também na agricultura a visão de um grande jardim, a monocultura, artificializada a partir de fora, “linda no seu horizonte sem fim, farta, abundante”; em contraponto à uma agricultura mais natural e diversificada, com base na “desordem selvagem” dos trópicos, endógena com base na natureza selvagem local.

Surge a arcádia atrás de um vidro. Canos de água quente e placas de vidro permitiram levar o exótico e o selvagem ao centro da vida urbana. Foi criada a então novíssima Casa dos Répteis, no zoológico do Regent’s Park. SCHAMA (1996) trata como a arcádia habitável agora tendo engolido a arcádia selvagem. A arcádia habitável sempre banuiu as feras que moravam na arcádia selvagem. Agora as cobras estavam ali, porém atrás de tranquilizadoras placas de vidro, conferindo um lugar aprazível, um verdadeiro *jardim* zoológico. Semelhante aos jardins botânicos, já tratados anteriormente aqui neste trabalho, os jardins zoológicos também se propõe a reconstituir o mundo inteiro num recinto fechado, até mesmo as espécies exóticas vindas do “Éden tropical”. Os criadores de zoológicos realizavam um imperialismo zoológico:

“... não se contentavam com transportar e exibir os animais selvagens abrigados em vários estilos de arquitetura doméstica européia. Em seu imperialismo zoológico pretendiam ainda reproduzir microambientes tropicais, com água corrente, pedras artificiais e, sobretudo, com a vegetação...”
(SCHAMA, 1996, pg. 559)

Esse projeto de transportar para a Alemanha burguesa e imperial inteiras paisagens selvagens incluía ainda a exibição de seres humanos primitivos, de esquimós e de hotentotes.

E até hoje vemos que ambientes de uso restrito tais como os parques, continuam sendo comumente criados, com a perspectiva de lazer e verde (conservação das matas), assim tendo espaços para a família e para o churrasco, e estacionamento, e muitos carros, mas também as trilhas de uso controlado por dentro da mata “selvagem”, cuidada com placas para que não se aventure adiante no selvagem, mas também possa usufruir desse lazer da surpresa, e da empolgação. Há a arcádia cultivada, e a arcádia primitiva, tanto na forma como os visitantes lidam, bem como na forma que as instituições responsáveis pela gestão o fazem, muito próxima dos ambientalistas. Os parques foram pensados para uso com dinheiro, porém já se trazia o incômodo da necessidade de se abrir esses parques para o povo. E hoje continuamos com isso, parques são em grande parte áreas não

visitadas por grande parcela da população. E em virtude dessas áreas não serem mais de propriedade particular, e por conseguinte, não mais gerido financeiramente por particular, vive-se o dilema de como se manter, e com quais recursos. Há grande polêmica em torno de cobrança de entrada nos parques, de arrendamento de áreas do parque para pousadas para turistas, e muitos outros aspectos em questão.

Também percebemos nos jardins zoológicos e nos jardins botânicos intervenções grandes, com gastos altos, tais como: no primeiro tem-se a câmara noturna para os morcegos, em que se simula a noite durante o dia de forma que o visitante está vendo a vida animal “selvagem” noturna com morcegos, gambás, ratos etc.; e nos jardins botânicos as estufas reproduzem plantas silvestres (do ambiente “natural”) tais como, estufas de plantas carnívoras, estufas de bromélias, etc. e tudo isso em um grande jardim agradável de se passear, e de se ver essa curiosa “vida da natureza original”.

Há uma constante necessidade de se trazer o “natural” para perto, numa permanente contradição entre dominá-lo, controlá-lo, transformá-lo, ou reverenciá-lo. Um controle sobre esse natural, conhecido ou exótico. Assim bandeiras preservacionistas que lutam veementemente pela preservação de espécies animais em extinção mesclam esse sagrado selvagem incontestável do valor da preservação não importando como, e nisso vêm também o “domesticado”, a manipulação científica, a conservação com grande investimento financeiro ditado pelos cientistas, um aparato tecnológico - como ex. rádios-transmissores, reprodução em cativeiro, análises em laboratório etc. E nisso vemos a natureza “colonizada” e manipulada pelo cientista.

Vemos que na história ambiental teve grande peso os zoológicos e jardins botânicos. Assim em primeiro surge a conservação ex-situ com base na manipulação das espécies em cativeiro, fora de seus ambientes originais. A partir de gastos enormes como no caso citado dessa espécie de primata, se reproduziu indivíduos em zoológicos fora do país, os poucos que sobreviveram depois foram trazidos para cá, para então readaptá-los aos seus habitats em floresta. A proposta é de eternamente estar conduzindo a reprodução, até porque não se pensa o aumento da população em conjunto com o aumento da mata e de seu habitat. Assim os animais precisam ser alimentados, remanejados. De certa forma são nativos de áreas de mata, mas essa mata sempre está longe, fora, ou faltando. É a crença no poder do conhecimento salvando das “surpresas da natureza”, ou então dos selvagens. Esses aqui já transformados em todos os seres humanos como

possíveis destruidores da natureza virgem, que deve ser intocada por alguém que ali ou dali viva, mas que seja absolutamente tocada e remexida pelos cientistas, técnicos da preservação. Talvez esses de fato queiram é manter o seu posto e poder garantido, perante os que tragam desafios para a complexidade dessa relação homem-natureza, e para o ambientalismo hoje.

Em passagem na obra de WARREN DEAN (1998) traz semelhanças entre a unidade de conservação de uso restrito e o zoológico:

...a mais sustentada e dispendiosa campanha de reprodução foi a reprodução em cativeiro e a soltura de micos-leões-dourados. ...O programa estava custando ao Fundo Mundial da Vida Selvagem, 150 mil dólares por ano, e em 1991 iniciou-se uma campanha para aumentar o orçamento para 250 mil dólares. ... Poço das Antas havia se convertido em uma espécie de zoológico gigante, com portões trancados e aceiros, os animais monitorados por rádio e com as caudas pintadas. Investimento ainda maior fora feito com o simbolismo do mico., a ponto de se esperar que a sua sobrevivência iria possibilitar a sobrevivência da própria floresta das baixadas. (DEAN, 1998, 373-375.)

2. Origens da Separação Sociedade-Natureza

O conservacionismo centrado na estratégia preservacionista pode ser relacionado com uma raiz mítica que traduz percepções, visões e distintas relações entre o ser humano, a sociedade e a natureza. Esta temática HARRISON (1992) enfoca, principalmente, o aspecto da ruptura dos mitos, lida com a separação homem da natureza, com a conceituação de floresta e faz uma história psíquica. Faz leituras sob a ótica da tragédia, da ironia e da comédia. Sublinha uma floresta que é mítica, é pré-civilizatória, é “pré-história”. Retrata da história mítica para uma história linear, em que essa memória histórica se nega a memória mítica.

HARRISON (1992) levanta em seu livro as seguintes questões, as florestas míticas se opõem à cidade, o que é esse antagonismo? Por que a lei da civilização se define no antagonismo com a floresta? Traz a abordagem do trauma que as concepções religiosas arcaicas causaram obre a relação entre a humanidade e a natureza. Usa como ponto de partida um teórico italiano de nome Vico, que no século XVIII se dispôs a recuperar os modos primitivos de pensamento do povo, e aborda sob a ótica da tragédia. Essa se revela como uma colisão fatal entre leis divergentes, é o limite aonde a cidade encontra

a floresta. Trata das origens das três instituições da humanidade, religião, matrimônio e enterro.

HARRISON (1992) aborda a teoria de Vico "Os gigantes de Vico", que trata dos descendentes de Noah que gradualmente perderam sua humanidade, tornaram-se gigantes bestiais, não conheciam nenhuma lei, a não ser seus desejos e instintos. Chamou de a liberdade bestial, a liberdade da autoridade, a liberdade dos pais. Percorrendo adentro das florestas densas, os gigantes não podiam suspeitar que além das copas que os cobria existia algo como o céu. Produziram uma imagem no espaço vazio das mentes, a primeira idéia humana brotou: a de Jove, primeiro deus, pai do mundo. Assim na origem da primeira instituição universal da humanidade, a religião, foi uma revelação do *logos*. O mundo tornou-se com significado, tornou-se precisamente um mundo, e não mais um simples habitat. Nesse significado vêm a idéia de divindade, implicada numa idéia de providência, e assim os gigantes foram projetados num tempo futuro de horror. Jove abriu o tempo, e obscureceu seu destino. Dada a supremacia desta lei, as florestas tornaram-se profanas pela simples razão: obstruíram a comunicação das intenções de Jove, o dossel simplesmente ocultava a visão aberta do céu.

Importante a recuperação em HARRISON (1992) desta raiz da separação entre o ser humano e o ambiente "natural". Antes floresta e gigantes estavam imbricados numa totalidade, viviam como se homens protegessem a floresta e a floresta os acolhesse e os acobertasse. Em dado percurso, quando não mais existia essa única possibilidade, essa unidade, algo distante, fora, além das copas, mostrava o outro, perde-se a unidade. Assim o texto de Vico é um insight fabuloso para a abominação das florestas na história do oeste, desde os tempo gregos e romanos fomos uma civilização de adoradores do céu, crianças de um pai celestial. Aonde a divindade foi identificada com o céu, as florestas se tornaram monstruosas, por esconderem as perspectivas de deus. Vê-se na religião a raiz para a transformação das relações com a natureza. Daí podem ser elencados alguns pares de opostos decorrentes dessa separação: floresta x religião, floresta x sagrado, natureza x deus, escuro tenebroso x luz.

Abordando a segunda instituição universal da humanidade, o matrimônio, também é este hostil ao ambiente da floresta. O matrimônio não pode instituir-se nas florestas sem chocarem-se, pois as florestas encorajam a dispersão, a independência, a ausência de lei, a poligamia. Para a família se estabelecer como uma instituição divina sob o céu aberto, precisa limpar, clarear um espaço para si no meio da floresta. E assim somente na clareira pode

manter sua coesão e guardar sua genealogia contra a promiscuidade da selva ("wilderness"). Queimar uma clareira e clamá-la por chão sagrado da família, de acordo com Vico, foi assim a origem da primeira apropriação que abriu espaço para a sociedade civil, daí fundação de cidades, nações, e impérios, conforme traz HARRISON (1992). Aqui podemos acrescentar alguns pares decorrentes das dicotomias criadas: natureza x família, floresta x família, floresta x moral. O sagrado se desloca para a família, para o ambiente terreno, material de conquista do seu espaço, e de sua genealogia, e também de um distanciamento agora fazendo existir o amanhã. São as origens da Idade da Luz.

Para plantar a árvore genealógica e assegurar uma lugar sob os auspícios de deus, cerimônias de enterro foram necessárias ressalta HARRISON (1992). Institui-se o enterro como garantia completa do chão, a definitiva sacralização, permitindo enraizar-se no solo, no húmus. A humanidade vem desses rituais funerários. O enterro preserva no solo a essência da humanidade/o húmus. A humanidade deriva sua lei do céu, e precisa enraizar-se. É na verdade um paradoxo, pois ao virar-se para a abertura do céu, a humanidade entrega sua essência pra dentro, pra terra, pro continente da terra. Vem então o "somos filho da terra, nascemos desse carvalho". Vem a idéia de pertencimento, nós pertencemos à essa terra, pois nossa árvore foi plantada aqui. Vemos a apropriação da floresta como uma metáfora das instituições da humanidade. As florestas proporcionaram um recurso indispensável para a simbolização da evolução cultural da humanidade, de forma que o surgimento do moderno pensamento científico permanece quase impensável à parte da pré-história de tais enterros metafóricos. As florestas como um obstáculo para visibilidade, permaneceram, um obstáculo para o conhecimento humano e a ciência. Ao se queimar e fazer uma clareira na floresta, se preparava o caminho para o futuro da ciência dos tempos iluministas.

Nesse momento da história, perde-se o pertencimento para o todo. Vém outra necessidade, vêm a acumulação, a necessidade de garantir a continuidade, que se quebrou no pertencimento mais cíclico, sob características de impermanência. Vém o pertencer ao lugar linearmente, garantindo a marca de geração após geração, marcando o lugar e o tempo, seu enraizamento, seu referencial, sua localização, o lugar com os seus atributos, o chão da família. A floresta enquanto habitat era ser uno com a floresta, o mito representado nas árvores.

Na passagem seguinte entre um viajante e um índio há cerca de 500 anos:

"-Por que levar lenha de tão longe para se aquecer?"

-Não é para nos aquecer, é para tirar tinta.

-Mas por que precisa de muita tinta?"

-Por que vamos acumular.

-Mas vocês não morrem?"

-Sim, mas passaremos para os filhos.

-Nós, índios, cuidamos bem da terra, porque a terra que nutriu os pais também nutrirá com certeza os filhos, e entregamos para a terra e podemos todos morrer tranquilamente".³

HARRISON (1992) aborda aspectos de uma história psíquica, aproveito para somar citação de MARIA ADELA PALCOS (2002)⁴ que se referiu aos desafios da atualidade em integrar os aspectos separados, tais como, mente e corpo, espírito e matéria, inteligência e sensibilidade: "Vivemos hoje a necessidade de fazer o encontro da matéria e da luz: tornar a matéria, terra sagrada, iluminar a matéria e encarnar a luz, o céu e corporificar a luz."

As três instituições universais corporificam três êxtases temporais, que definem o lugar da humanidade na terra ressalta HARRISON (1992). A religião, o matrimônio e o enterro do morto incorporam uma abertura linear do tempo. A religião nasce da idéia de providência, atenção com o futuro; o enterro do morto é enraizado em reverência ao passado, ao ancestral, à tradição. Ambos, religião e enterro, servem para consolidar o contrato do matrimônio, que mantém a linha genealógica do presente.

Conforme HARRISON retrata, Vico traz uma profundidade em sua análise ao abordar na ironia, a inércia da análise crítica. Assim que a mente desenvolve seu poder de abstração, a razão crítica torna-se irônica. Uma consciência que alcançou o estágio da ironia tende a repudiar a autoridade da tradição. Uma distância irônica maior do passado, leva ao ceticismo das instituições que preservaram a humanidade e previniram a bestialidade. Pode criar condições para um novo barbarismo na cidade iluminada do homem, o barbarismo da reflexão. HARRISON (1992) traz uma afirmativa importante para nossa reflexão: "Vico tinha mais que uma analogia em mente quando falava de cidades tornando-se florestas". Percebe-se a profundidade aqui na análise e pode-se fazer uma leitura pensando na separação mente e corpo, ou pensamento e raiz/chão. Verificamos que vai abrindo-se a fase da humanidade em que há grande desenvolvimento da mente com base na abstração, mas também se fragmenta a sensibilidade, as raízes, a tradição, e portanto perde-se referências antes ancestrais e míticas, e instituições que balizavam, podendo assim levar a ações bestiais.

Especula-se sobre a emergência da civilização da floresta. Acredita que natureza e história

seguiram duas leis fundamentalmente diferentes. As civilizações crescem de acordo com a história eterna ideal da evolução institucional. Caem eventualmente pela Lei da entropia, que traz desordem no sistema como um todo. As cidades caem, e as florestas retornam e reclamam o chão em que foram fundadas. A natureza para Vico era um sistema estável, fechado de auto-regeneração. (HARRISON, 1992) não considerava, nem nunca suspeitou que era possível comprometer o domínio da natureza.

HARRISON (1992) vai aprofundar na análise da lei como sendo uma apenas, e o contraponto de sua sombra. Em meados da Idade Média as florestas do norte da Europa ainda eram vastas. As florestas eram "foris, "outside". Viviam os desterrados, os loucos, os amantes, bandidos, ermitões, santos, leprosos, guerrilheiros, fugitivos, os inadequados, os perseguidos, os homens selvagens. Fora da lei e da sociedade humana um está na floresta. Não se podia permanecer humano na floresta. Vê-se a floresta como refúgio político.

HARRISON (1992) trata esse percurso histórico como uma trajetória da tragédia à comédia. A igreja cristã que tentou unificar a Europa sob a cruz, era hostil à fronteira impassiva da natureza não humanizada. Na mitologia cristã as florestas significavam bestialidade, perdição, ausência de rumo, a última adoração pagã, sombra da lei. Na doutrina judaico-cristã a lei única, do deus universal, tem a sua sombra, que significa o outro lado, o lado que questiona a lei (a sombra equivale à imperfeição, falta de fé, politeísmo etc.) A revolução cristã botou um fim na tragédia, por que promete um final feliz a seu próprio arbítrio. A tragédia lembrava que toda lei fundante, é também uma transgressão, uma oposição à outra lei. Entra a lógica da comédia na ideologia da lei. A floresta torna-se na era cristã, o local da comédia e lembra que além da lei reinante existe a sombra da lei.

A maneira como a mitologia cristã representou-se gerou separações, tais como, cristianismo x natureza, lei x floresta, humanismo x natureza, criou assim a raiz do antropocentrismo, a hierarquia do homem sobre a natureza, e o homem como o centro da sociedade. A natureza, a floresta era vista como decadência, ausência da civilização cristã, em que o homem faria sua redenção, pois este à semelhança de Deus tem a lei que permite "enquadrar" a floresta.

Se alguns elementos da cultura pagã sobreviveram foi porque, em parte, o imperialismo cristão não queimou as florestas. Felizmente as florestas e o antigo folclore, ressalta HARRISON (1992), serve-nos para recordar que quando as florestas são destruídas,

não é só uma história natural que se vai, mas também memória cultural que desaparece.

Hoje vemos o acirrado debate no conservacionismo que já considera que há relações antigas e presentes hoje nas florestas, e que essas são um patrimônio também. Não só porque conhecem a biodiversidade, como esta tem sua história atrelada às diferentes culturas. Assim há a terminologia da sociobiodiversidade no debate ambiental, tentando abarcar que florestas e memória cultural caminharam juntas⁵.

A literatura e iconografia da Idade Média em HARRISON (1992) refere-se à sobrevivência de um ancião, uma criatura bestial vive só na floresta, nu, forte, agressivo, come da floresta, é chamado do homem selvagem. É um guerreiro à procura de aventura, como retrata as passagens seguintes: “somente uma natureza alienada busca aventura ... vão para floresta para redescobrir dentro deles a fonte alienada de sua coragem.” O homem selvagem não entende o conceito de aventura. A aventura é para se testar e reconhecer a bravura, que de fato já existe e o pertence por natureza.

Acho interessante sublinhar a definição de alienação, pois vê-se bem o significado na história do guerreiro que ao estar com sua força, e sua natureza alienados⁶, mergulha na floresta para reencontrá-las. Podemos perceber a separação mundo humano e mundo não humano e as dicotomias que se desdobram são aspectos da sombra, que ao ser reencontrada na floresta, traz a regeneração, a sanidade e o guerreiro volta mais virtuoso.

Floresta⁷ era originalmente um termo jurídico referindo-se à terra mantida a alguma distância fora dos limites públicos por um decreto real. Se dada região fosse declarada uma floresta não podia ser cultivada, explorada, usurpada, invadida. Estava fora do domínio público, reservada para os reis, para seu prazer e recreação. Nunca até o declínio das monarquias, foi tão ofensivo para os camponeses, como o privilégio da caça real.

Há uma idéia na “afforestation” de preservação do selvagem. HARRISON (1992) cita um documento histórico, um tratado de leis florestais composto em 1592 por Manwood, um naturalista, existia a idéia de que somente o monarca salvaria a floresta da exploração humana. A definição de floresta era: território de terras vegetadas, florestadas, privilegiadas por feras da floresta, da caça, em proteção resguardada pelo rei, para seu deleite e prazer. A floresta é governada distinguida por privilégio, e garantida pela burocracia. A “afforestation” só aparece após a extinção das bestas vorazes da Inglaterra, como o lobo. Para Manwood a floresta é um santuário natural, garante a vida selvagem assim como a igreja fornece asilo para os fora da lei. Na floresta fornecem asilo para as bestas do prazer.

Até hoje há ambiguidade nas áreas protegidas. De áreas de uso comum para uso de parque. Anteriormente, áreas de uso aristocrático para o deleite do rei, onde reservava-se a possibilidade do deleite do prazer que se dá pela caça e recreação. E

hoje são áreas de uso da pesquisa “estrangeira”, de observadores de aves, ou de turismo ecológico de mercado.

O rei na caça realiza um ritual sagrado. Ritualiza e reafirma sua natureza civilizadora e conquistadora da terra. Numa maneira simbólica atua em uma conquista histórica do “wilderness”/ da natureza. Representa o rei a força civilizatória. Após a extinção das espécies, veio a conservação sob um novo regime da lei. Traz HARRISON (1992) a comédia: “Na floresta real existe só uma besta fera que sobrou, o rei! Os outros lobos se foram.”

Muitos despossuídos de terras e de direitos adentraram e moraram na floresta, tornando-se fora da lei, e também justiceiros. Repudiam a legitimidade da lei. O fenômeno do disfarce está simbolizado em Robin Hood. Nas sombras da floresta os fora da lei estão protegidos da ordem estabelecida. A reconciliação se dá pela justiça e reafirma a ordem social, o fora da lei acaba sendo repatriado. A banditagem ataca o sistema por dentro, na sua sombra.

Na sombra da lei, na sombra da floresta, cobertos e protegidos da ordem estabelecida. Parece que podemos trazer muitos exemplos atuais, em que há certa permanência das tensões em torno da floresta e a lei, e os foras da ordem – retirados, multados, os chamados tradicionais, primitivos. Mais que os embates, vejamos exemplos da complexidade dos elos natureza e cultura. Numa pincelada me ocorrem imagens dos zapatistas mascarados nas florestas de Chiapas, aonde abrigar-se na floresta foi uma estratégia que permitiu a resistência. Penso nas inúmeras tribos em constante tensão e pressão sobre as suas matas, pelo garimpo, pelo mercado de madeiras, pela biopirataria, e pelas monoculturas. Exemplificamos com grupos da etnia dos Krahôs, que foram sendo incorporados no plantio de monoculturas de arroz, e acabaram por ter erodida sua cultura e sua biodiversidade, toda a riqueza de espécies de milhos, exemplo claro de memória cultural, pois sem as festas, sem o plantio, sem as trocas de sementes, estas foram se perdendo. Os índios Kaiapó fazem um manejo da mata na qual são parte integrante da ecologia do ambiente, o silvestre e o domesticado, a mata e a agricultura, o ser humano e a natureza, não são separados facilmente (POSEY, 1986).

A Divina Comédia traz a primeira ocorrência na literatura de algo que se tornará arquetípico: o medo da floresta, que está associado à algo indefinido relacionado à ansiedade existencial. A floresta abordada representa uma natureza selvagem (wilderness). Dante no topo da montanha encontra-se de novo na floresta, agora uma floresta anciã do paraíso. A floresta divina permite vagar livremente, não é mais selvagem, foi desnaturalizada, vira o paraíso. Graças ao processo do purgatório, a floresta deixou de ser a “wilderness” tornou-se um parque municipal sob jurisdição da Cidade de Deus. Na doutrina cristã a redenção da natureza significa a completa humanização, pois Deus originalmente criou Adão sob sua imagem e lhe deu o domínio das

bestas. Redimir o desejo humano, é triunfar sobre a natureza, Ter dominado seu estado selvagem. Ultrapassar a natureza é o desejo e a lei de Deus. Redenção ou domínio, a lei garante final feliz na comédia.

Esse século das Luzes, da Civilização, do Conhecimento, é a era pós cristã definida pelo descolamento do passado, sob os auspícios cartesianos da Iluminação. Descartes redefine a tradição e a relação com a natureza. Com o cartesianismo vêm a objetividade da ciência, a abstração da natureza, da cultura, da historicidade. Através do método matemático, a humanidade pode alcançar o domínio e a possessão da natureza. Vê-se o caso de como se tornou realidade, com o manejo florestal. A floresta se torna então o objeto das ciências florestais, com o Estado tendo papel no assunto. Reduz-se a floresta à madeira, à utilidade.

A iluminação permanece como nossa herança cultural dominante. Até hoje nós chamamos pela preservação de florestas sob as bases de seus usos e benefícios. Encontra-se aqui a floresta representada como um espelho opaco da civilização que existe em relação à ela, a sombra da ideologia iluminista, aonde está o fantasma da ironia. A ironia é o trope da objetividade.

O método científico leva à possessão da natureza. Com o discurso do método, vêm a morte de Deus! Há a desvalorização da tradição e da história. Vém a idéia de usar os objetos para as suas utilidades, e assim sermos os dominadores e possuidores da natureza. Apropriar-se nisso de um poder tradicional de deus. A floresta passa a ser subjugada aos rigores do método. Em Dante o que o salva pra sair da floresta é a assistência divina, já em Descartes, está dependente estritamente dos recurso do conhecimento, do método. O método não promete nem salvação, nem sabedoria, e sim poder, apropriar-se do poder tradicionalmente referido à deus.

Esse é um dilema hoje, as disciplinas divididas em gavetas na ciência, trazem uma disputa pelo poder e hierarquia. No que diz respeito às políticas de conservação, tem mais status as ciências da natureza, visto que, tem predominado a concepção de natureza sem homem, base da corrente do preservacionismo. Assim é a linha do manejo da biodiversidade a linha mestre de gestão dessa áreas. Assim é a técnica que manda, e assim vemos o aspecto já sinalizado antes, em que o biólogo p.ex. ou o engenheiro florestal, se dizem brincar de deus ao manejar a fauna ou a flora. Principalmente, ao considerar a conservação ex situ, que envolve análises em laboratórios e manejos intervencionistas. Ve-se representada muitas vezes uma floresta da razão científica, que é objeto da ciência, e portanto dos cientistas.

O iluminismo reduziu as florestas para o status de recurso material com necessidade de manejo. É retirado a densidade simbólica das florestas, some a vida selvagem, e a floresta como habitat não se menciona. O sentido começa e termina no Homem. E foi essa mentalidade que veio a dominar nos Eua e na Europa no chamado manejo florestal. E hoje o legado das atitudes iluministas referente à florestas

ainda domina nas políticas públicas. Há embates entre duas visões de floresta: a floresta como recurso; e a floresta como santuário. Nos EUA temos leis para a proteção de espécies ameaçadas, mas não há leis para habitats.

Com todo esse utilitarismo, vem junto o desencantamento. O paraíso prometido da cidade, do progresso, da mata preservada, da "cultura" de mercado trazem dilemas e contradições enormes, que nos deixam sem referenciais seguros e férteis. Reconhecer as rupturas apontadas por HARRISON (1992) e apontar para reconhecer a presença viva hoje de mitos conforme diz SCHAMA (1996) e de toda uma rica simbologia entre ser humano, natureza e cultura, nos pode revelar os elos possíveis que aí estão, e resgatar a consciência de todo um rico tecido social, cultural e espiritual disponível para todos, para a vida! E ao mesmo tempo já podemos reconhecer que há tendências hoje para um reencantamento do mundo.

Considerações Finais

Se anteriormente na idade média, as ilhas eram as cidades, hoje, são manchas de mata que configuram as ilhas de verde. Vemos que o movimento ambientalista enfrenta um quadro de crescentes transformações do planeta, e uma nuvem de desencantamento, mas, apesar disso, podemos considerar, conforme sinaliza CASTELLS (1999), que nas últimas décadas conquistou o movimento ambientalista uma posição de destaque no cenário da aventura humana.

HARRISON (1992) faz a comparação de que o Ecologista de hoje tem semelhanças com os monarquistas, que foram considerados os primeiros conservacionistas públicos. A placa continua na floresta: não entre, entrada proibida, local cercado - Patrimônio Público. De Propriedade do rei, para Propriedade pública. Floresta hoje ainda tem representação de lei, de multa, de proibido, de interdição, de controle dos usos e benefícios, ou do em voga, serviços da floresta - afinal quem vai garantir a água do futuro para quem não tem floresta? Permanece hoje muitas representações, e as dicotomias homem e natureza. A natureza é patrimônio da nação, mas o ambientalismo já trouxe o controle de áreas de florestas para escalas ampliadas.

Quer pela água, quer pela biodiversidade, quer pelo poder, há um embate em torno da soberania nacional, entra a floresta como de importância planetária - Patrimônio do planeta. Mascaram-se os sujeitos envolvidos. Não está aqui em jogo desconsiderar os impasses e as necessidades de superação da degradação ambiental em suas múltiplas facetas, porém ainda está presente no jogo um conservadorismo e elitismo muito grandes em torno da conservação ambiental. Há uma visão reducionista e um menosprezo sensível pela tão rica história de relações entre ser humano e natureza,

grande riqueza simbólica, grande riqueza de saberes populares e tradicionais, presentes de diversas formas em nosso território. Há também visões alternativas caracterizadas em CASTELLS (1999) por uma contracultura e por uma cultura do “verdejar do ser”.

Até hoje há ambiguidades nas áreas protegidas – são protegidas ou são ameaçadas? De áreas de uso comum para áreas de uso de parque. Anteriormente, áreas de uso aristocrático, para deleite do prazer da caça e da recreação. E hoje são áreas de uso da pesquisa, de observadores de aves, ou de turismo ecológico de mercado. Ganhou outros usos? E outras concepções? Perdeu o uso aristocrático? São as florestas hoje garantidas por privilégios? Talvez hoje esteja se impondo para as florestas a representação da floresta da razão científica, em que a floresta é objeto da ciência e o privilégio é garantido aos cientistas.

Permanece a dicotomia humano e natural, ainda é nosso grande desafio unir o que foi separado, o que foi pensado ser assim. Nomeamos hoje esses desafios de diversas formas, tais como, sociobiodiversidade, etnobiodiversidade, socioambiental, procurando apontar para uma perspectiva de se ir além, nem só história e cultura, nem só ambiente; ou como a própria história ambiental que traz o desafio para um campo bem anterior à história humana.

Conforme sinaliza VANDANA SHIVA (2003) a chave da conservação está na prática da diversidade, quando aqueles que a praticam constroem sua lógica de relação com o mundo sob a diretriz da diversidade e da perpetuação desta sob múltiplas dimensões:

“A proteção da biodiversidade só pode ser assegurada se ela voltar a ser a base da produção da agricultura, da silvicultura e da produção animal. A prática da diversidade é a chave para a sua conservação. A biodiversidade não pode ser conservada a menos que a diversidade seja tomada como a lógica da produção.” (SHIVA, 2003)

O conservacionismo tem usado como central a estratégia de criação de unidades de conservação que se dividem em unidades de proteção integral e de uso sustentável. São os objetivos centrais: proteger a biodiversidade e garantir a sustentabilidade. Há nas unidades uma hierarquia, dando-se maior importância às de proteção integral e ainda pouco acúmulo às de uso sustentável, e portanto, importando menos a convivência entre florestas e sujeitos. Quais os desafios em pauta? Inspirada nas palavras de Vandana Shiva, que entendo hoje representa uma possibilidade para avançarmos no diálogo e no encontro entre ser humano e natureza, é central valorizar a historicidade dos protagonistas da ação de conservação, de manejo e de convivência com a natureza e reconhecer os distintos conhecimentos e os sujeitos conhecedores da terra.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M.. O Poder da Identidade, vol II. Ed. Paz e Terra, 1999.

DEAN, W. A Ferro e Fogo – a história e a devastação da mata atlântica brasileira. Ed. Cia das Letras, 1998.

DIEGUES, AC. O Mito da Natureza Intocada. Ed Hucitec, 1996.

HARRISON, R. Forests – the shadow of civilization. The University of Chicago Press, 1992.

POSEY, DARREL. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados Kaiapó. In: Ribeiro, B. (org). Suma etnológica brasileira. Vol. I. Ed. Finep-Vozes, 1986.

SCHAMA, S. Paisagem e Memória. Ed. Cia das Letras, 1996.

SHIVA, VANDANA. A Semente e a Roca: desenvolvimento tecnológico e preservação da biodiversidade. In: Shiva, V. Monoculturas da Mente – perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Ed. Gaia, 2003.

Notas

1 Ver em DIEGUES (1996) a construção do neomito da natureza intocada.

2 Arcádico significa bucólico, pastoril, de acordo com o Dicionário de Buarque de Holanda.

3 Retirado Do Museu Indígena, Cabralia - Bahia.

4 Psicóloga fundadora da Fundação Rio Abierto, Buenos Aires em palestra (agosto de 2002).

5 Ver autores como Darrel Posey, Antonio Carlos Diegues, Victor Toledo para aprofundar essa temática.

6 Alienação: processo essencial à consciência e pelo qual ao observador ingênuo o mundo aparece constituído de coisas independentes umas das outras e indiferentes a consciência.

7 Na Idade Média muitas florestas estavam sob a jurisdição da lei. Conforme HARRISON (1992) a palavra floresta de fato se origina como um termo jurídico, e vêm do latim *foresta*. No início da Idade Média a palavra padrão para floresta era *nemus*. A palavra *foresta* aparece pela primeira vez nas leis de Longobards e capitulários de Charlemagne, se referindo não às florestas em geral (woodlands), mas sim se referindo às reservas de jogo real. HARRISON traz a origem da palavra como incerta, mas a origem mais provável é o latim *foris*, significando fora. O verbo latino *forestare* significou “entrada proibida”, “manter-se além dos limites”, “excluir”. No período em que a palavra entrou no lexicon, os reis usaram para colocar interdições públicas em vastas áreas de florestas para garantir a sobrevivência da vida selvagem, que por sua vez garantia a sobrevivência do ritual real da caça. Chamava-se também de *forestis silva*, as matas não fechadas fora das paredes reais.